



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Saúde de Roraima

"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA DE ADULTOS E NEONATOS À BEIRA LEITO, NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM NEFROLOGIA, VISANDO ATENDER ÀS UNIDADES HOSPITALARES DA CAPITAL E DO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, COM O FORNECIMENTO, EM COMODATO, DE EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS, BEM COMO PROFISSIONAIS TÉCNICOS E TODOS OS INSUMOS, MATERIAIS DESCARTÁVEIS E DE CONSUMO NECESSÁRIOS À INTEGRAL EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, NA FORMA ABAIXO MENCIONADA:

O **ESTADO DE RORAIMA**, pessoa jurídica de direito público interno, C.N.P.J. sob o nº. **84.012.012/0001-26**, por meio da **Secretaria de Estado Saúde** situada a Rua Madri, nº 180 - Bairro Aeroporto, com doravante denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Excelentíssima Senhora Secretário de Estado da Saúde xxxxxxxxxxxx, com CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, conforme Decreto xxxxxxxx de xx de xxxx de xxxx, do outro lado, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, C.N.P.J xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do CPF nº xxxxxxxxxxxx, podendo ser encontrado no endereço acima citado, doravante denominado **CONTRATADA**, pactuam o presente Contrato para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA DE ADULTOS E NEONATOS À BEIRA LEITO, NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM NEFROLOGIA, VISANDO ATENDER ÀS UNIDADES HOSPITALARES DA CAPITAL E DO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, COM O FORNECIMENTO, EM COMODATO, DE EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS, BEM COMO PROFISSIONAIS TÉCNICOS E TODOS OS INSUMOS, MATERIAIS DESCARTÁVEIS E DE CONSUMO NECESSÁRIOS À INTEGRAL EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, cuja celebração foi autorizada nos autos do **Processo SEI nº. 20101.056001/2025.44** e que se regerá pela **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações; **Decreto nº 39.050-E**, de 18 de agosto de 2025; **Portaria de Consolidação nº 6**, de 28 de setembro de 2017; **Instrução Normativa nº 58**, de 08 de agosto de 2022; **Instrução Normativa nº 65**, de 07 de julho de 2021; **Instrução Normativa nº 81**, de 25 de novembro de 2022; **Resolução - RDC nº 11**, de 13 de março de 2014 e alterações; **Resolução - RDC nº 222** de 28 de março de 2018 e alterações, pelos termos da proposta vencedora, e **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: XXX/XXX**, atendidas às cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, o Termo de Referência e seus anexos, bem como a proposta comercial.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em Terapia Renal Substitutiva de Adultos e Neonatos À BEIRA LEITO**, nos serviços de saúde de Média e Alta Complexidade em Nefrologia, visando atender às Unidades Hospitalares da Capital e do Sul do Estado de Roraima, com o fornecimento, em comodato, de equipamentos/máquinas, bem como profissionais técnicos e todos os insumos, materiais descartáveis e de consumo necessários à integral execução dos serviços, conforme Termo de Referência (Ep. 21051463).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

2.1. São os constantes do **ANEXO I**, do Termo de Referência (TR);

2.2. A coluna contendo o código CATMAT apresentados no **ANEXO I** do Termo de Referência, foram extraídos do site de compras governamentais – www.comprasnet.gov.br, os quais suas especificações encontram-se de acordo com as necessidades da Rede Estadual de Saúde do Estado de Roraima;

2.3. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no **ANEXO I** e do Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL DE REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A CONTRATADA, mediante recebimento da Requisição e/ou Ordem de Serviços enviada por e-mail ou pelo NIR da Unidade de Saúde respectiva, deverá executar os serviços nas Unidades de Saúde aqui previstas, a qualquer horário e dia de expediente;

3.2. A execução dos serviços, incluindo o fornecimento de insumos, materiais, equipamentos, instalação de cateteres e demais atividades necessárias, será realizada nas unidades de saúde do Estado que disponham de leitos para internação, especificamente nas unidades de média e alta complexidade, as principais unidades contempladas são:

Item	Unidades Hospitalares	Endereço	Município	KM
01	Hospital Geral de Roraima - HGR	Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº. 1364, Bairro: Aeroporto	Boa Vista	Capital
02	Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré - HMINSN	Rua Pres. Costa e Silva nº.1100, Bairro: São Francisco	Boa Vista	Capital
03	Hospital Regional Sul Ottomar de Sousa Pinto - HRSOSP	Rodovia BR 174, KM 461 S/N Centro	Rorainópolis	260 Km da Capital

3.3. Cabe esclarecer, conforme já exposto no item de Requisitos da Contratação, que a(s) CONTRATADA(S) poderá(ão) ser convocada(s) para prestar serviços em quaisquer outras Unidades de Saúde do Estado de Roraima, sempre que houver necessidade de realização de atendimento à beira leito, incluindo o fornecimento de insumos essenciais e a instalação de cateteres, sem que isso gere custos adicionais à CONTRATANTE;

CLÁUSULA QUARTA – SOLICITAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A solicitação da prestação dos serviços a serem executados pela empresa CONTRATADA será regulada pelo **Núcleo Interno de Regulação – NIR** das Unidades Hospitalares, após solicitação, por escrito, do médico Nefrologista da Administração Pública mediante critérios objetivos;

4.2. A mensuração dos serviços prestados será realizada nas unidades hospitalares de atendimento, em conformidade às especificações do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

5.1. Após a emissão da Nota de Empenho e a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá iniciar as tratativas para o início dos serviços em **até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Requisição ou Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO COMODATO

6.1. Considerando a necessidade imprescindível da prestação dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS) para adultos e neonatos à beira-leito nos serviços de saúde de média e alta complexidade em nefrologia, e diante da inexistência, no patrimônio da administração, dos equipamentos necessários para a realização das sessões de hemodiálise, justifica-se a contratação de empresa especializada que disponibilize os referidos equipamentos por meio de comodato;

6.2. O comodato dos equipamentos, tais como as máquinas de hemodiálise, permite garantir a imediata operacionalização do serviço, sem a necessidade de aquisição e manutenção direta pela administração pública, reduzindo custos iniciais e burocráticos, além de assegurar a atualização tecnológica constante, uma vez que a empresa CONTRATADA se responsabiliza pela manutenção (preventiva e corretiva - além das substituições de peças) e reposição dos equipamentos;

6.3. Ademais, a CONTRATADA fornecerá os materiais médicos, descartáveis, insumos, cateteres e demais itens indispensáveis ao correto funcionamento do tratamento, assegurando a continuidade e a qualidade do atendimento aos pacientes, em conformidade com os protocolos técnicos e regulamentações vigentes, sendo sua responsabilidade garantir todos os insumos e equipamentos, inclusive os cedidos em comodato, para a plena execução do serviço contratado;

6.4. Dessa forma, o comodato representa a solução mais viável e eficiente para a administração pública garantir o pleno funcionamento da Terapia Renal Substitutiva, diante da ausência dos equipamentos em seu patrimônio e da necessidade de atendimento imediato e contínuo, uma vez que a CONTRATANTE pagará somente pelos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. Os Serviços objeto deste Contrato serão recebidos em conformidade com o disposto no **art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**;

7.2. PROVISORIAMENTE:

a) Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.3. DEFINITIVAMENTE:

a) Por servidor(a) ou comissão designado(a) pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

b) Após a verificação da qualidade, funcionalidade e conseqüentemente a aceitação;

c) Neste momento, será atestada a respectiva Nota Fiscal, assinado pelo(a) fiscal do contrato o canhoto da Nota Fiscal.

7.4. OS SERVIÇOS CONSTATES NO CONTRATO, SERÃO RECUSADOS:

a) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com sua funcionalidade, qualidade e especificações constantes na Proposta da CONTRATADA e no Termo de Referência, devendo ser substituído, à custa da CONTRATADA, sem prejuízo e/ou ônus para a Administração;

- b)** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- c)** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.
- d)** Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto deste contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- e)** Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade;
- f)** Nos casos de sinais externos de avaria do serviço/transporte ou de qualidade e quantidade do produto, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de até , a contar da data da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Fiscal do Contrato;
- g)** Será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e/ou substituído.

7.4.1. Nos casos de substituição de peças, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

7.4.2. Os equipamentos de origem estrangeira deverão constar em suas embalagens as informações em português, para conhecimento e classificação.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA é responsável por cumprir integralmente todas as obrigações estipuladas no Contrato, seus anexos e na proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e custos associados à execução satisfatória e completa do objeto contratual, além de:

8.2. Requisitos da CONTRATADA, quanto à especificação técnica do Objeto:

8.2.1. Fornecer toda a equipe técnica responsável pela realização dos serviços com comprovada capacidade técnica e formação exigida ao serviço desempenhado, conforme legislações vigentes, devendo possuir capacidade administrativa, técnica e operacional para realizar os serviços (sessão) em periodicidade diária, compatíveis com a quantidade demandada;

8.2.2. Prestar o atendimento de forma ininterrupta, 24 horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, no prazo máximo de 04 (quatro) horas a contar do momento de sua ciência, ou em caso de urgência até 02 (duas) horas., após o contato do plantonista da Unidade;

8.2.3. Responsabilidade pela manutenção (preventiva, corretiva e substituição de peças, se for o caso) das máquinas de hemodiálise (com ou sem reservatório acoplado), como também pela manutenção do sistema de tratamento da água, incluindo as máquinas de osmose reversa portátil;

8.2.4. Responsabilidade pelo controle de qualidade da água potável e tratada;

8.2.5. Responsabilidade pela solicitação de exames que comprovem a eficiência do tratamento dialítico;

8.2.6. Responsabilidade por cada um dos profissionais envolvidos no tratamento dialítico, como também pelas ações de prevenção e controle de infecção em pacientes submetidos à TRS beira leito, com evidências das rotinas estabelecidas para o controle de bactérias multirresistentes durante o tratamento;

8.2.7. Estar devidamente licenciados pela autoridade sanitária local;

8.2.8. Disponibilizar os prontuários dos pacientes submetidos à TRS beira leito, que devem permanecer disponíveis no local onde o procedimento está sendo realizado e estar acessíveis para consulta dos profissionais da assistência, pacientes, familiares e/ou responsáveis, bem como demais autoridades sanitárias e representantes dos órgãos gestores do SUS, asseguradas as condições de sigilo previstas no Código de Ética Médica e outras normas legais vigentes

8.2.9. Compete ao médico nefrologista responsável pela TRS beira leito a indicação, prescrição e escolha da modalidade de diálise a qual o paciente internado será submetido;

8.2.10. O tipo de tratamento dialítico deve ponderar o estado de saúde de cada paciente, considerando o risco-benefício de cada opção terapêutica

8.2.11. Tanto o paciente como seus familiares e/ou responsáveis, devem ser informados acerca das diferentes modalidades de TRS beira leito existentes, bem como dos riscos-benefícios envolvidos em cada uma, garantindo-lhes, quando possível, a livre escolha por uma ou outra modalidade;

8.2.12. A prescrição diária do tratamento dialítico deve ser mantida no prontuário do paciente, físico ou eletrônico, e estar disponível na unidade intra-hospitalar onde o tratamento estiver sendo realizado;

8.2.13. Em cada prescrição do tratamento dialítico deve constar, de forma clara e legível, o carimbo e a assinatura do médico nefrologista responsável;

8.2.14. Compete tanto à Unidade de Saúde, como ao Contratado para prestação do Serviço de Diálise móvel prover meios para prevenção dos possíveis riscos de natureza física, química e/ou biológica inerentes à realização da TRS beira leito

8.2.15. Todos os exames realizados no início da TRS beira leito que evidenciem sua indicação devem ser mantidos no prontuário do paciente, entre eles: bicarbonato sérico, ureia, creatinina, sódio e potássio, bem como outros orientados pela Sociedade Brasileira de Nefrologia e respectivos Conselhos Federal e Regional de Medicina, e outros;

8.2.16. Exames complementares devem ser realizados conforme orientação do médico nefrologista, responsável pela TRS beira leito, sempre que necessário;

8.2.17. Quando identificados resultados de exames fora do padrão, o médico nefrologista responsável pelo tratamento dialítico deve rever o plano terapêutico proposto, com registro da justificativa destas alterações no prontuário do paciente;

8.2.18. Responsabiliza-se por não reutilizar agulhas, capilares, dialisadores, linhas, isoladores de pressão e demais materiais descartáveis, bem como sobras de medicamentos, concentrado polieletrólítico (CPHD) e dialisato, em pacientes submetidos à TRS beira leito, ou qualquer outro material/insumo que seja de uso único;

8.2.19. Responsabilizar-se quanto aos cuidados com a via de acesso do paciente que realiza TRS beira leito e, portanto, seguir todas as orientações para o cuidado na inserção e manutenção dos dispositivos invasivos utilizados durante o tratamento;

8.2.20. Não realizar diálise peritoneal em sistema aberto;

8.2.21. O despejo dos resíduos líquidos provenientes do tratamento dialítico peritoneal deve ocorrer em ponto anexo ao local onde o procedimento é realizado;

8.2.22. O descarte dos resíduos gerados na TRS beira leito deve atender os requisitos estabelecidos na RDC Anvisa nº 222, de 28 de março de 2018, ou outra que venha a substituí-la;

8.2.23. Considerando que, dentre as Unidades referenciadas, há o Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazarath - HMINS, além de outras demandas que possam surgir para a faixa etária de 0 a 14 anos, a TRS beira leito realizada em tais indivíduos, deve ser acompanhada por médico nefrologista pediátrico;

8.2.24. Em não havendo médico nefrologista pediátrico, a TRS beira leito deve ser acompanhada por médico nefrologista e médico pediatra, não sendo necessária a vinculação deste último à equipe da CONTRATADA;

8.2.25. O Técnico de Enfermagem responsável pela realização da TRS beira leito em pacientes renais agudos internados em enfermaria, estáveis clinicamente, porém com necessidade de tratamento dialítico de forma rotineira, somente poderá atender até o limite de 04 (quatro) pacientes, sendo obrigatório, nestas condições, que os mesmos estejam internados em leitos da Unidade;

8.2.26. O mesmo Técnico de Enfermagem não pode realizar a TRS beira leito em pacientes renais agudos internados em leitos distintos, pois este profissional, em hipótese alguma, poderá ausentar-se do local onde o tratamento dialítico é realizado;

8.2.27. Orientar, de forma verbal e escrita, os pacientes, ou cuidador/acompanhante, que realizam Diálise Peritoneal quanto ao descarte de resíduos de saúde e controle de infecções da forma correta;

8.2.28. Todos os profissionais pertencentes à empresa prestadora de serviços devem permanecer no local onde a TRS beira leito está sendo realizada, do início ao fim do procedimento;

8.2.29. Disponibilizar, caso seja solicitado pela CONTRATANTE, cópia da comprovação de realização das manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos disponibilizados, além de comprovação de de que seguem as recomendações dos próprios fabricantes;

8.2.30. Antes do início e após o final de cada sessão da TRS beira leito, as máquinas de hemodiálise e osmose reversa portátil, bem como demais itens acessórios, devem sofrer desinfecção, devendo manter disponíveis os registros que evidenciem a desinfecção realizada nestes equipamentos;

8.2.31. As máquinas de hemodiálise e osmose reversa portátil também devem ser desinfetadas sempre que permanecerem em inatividade por período igual ou superior a 48 horas, sendo obrigatório o registro e a disponibilidade desta atividade;

8.2.32. Fornecer e/ou disponibilizar à CONTRATANTE, a qualquer tempo, documentos, comprovantes, esclarecimentos, informações, relatórios, faturamentos, ou outros itens que vierem a ser necessários referentes à execução do serviço contratado;

8.2.33. Fornecer, às próprias expensas, os equipamentos/máquinas em regime de comodato, cateteres, heparinas, soros, descartáveis, medicamentos, materiais e demais insumos, de consumo ou não, e outros produtos para saúde em uso no serviço de diálise, devidamente regularizados junto à ANVISA, e operados de acordo com as recomendações do fabricante, ou qualquer outro item relacionado ao tratamento hemodialítico prestado pela CONTRATADA, devendo incluir, no mínimo, os itens e procedimentos constantes no **ANEXO II do Termo de Referência - DA RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E INSUMOS**;

8.2.34. Fornecer e instalar os cateteres necessários para a realização do tratamento dialítico (acesso vascular ou peritoneal), inclusive de triplo lúmen quando indicado;

8.2.35. Utilizar máquinas de diálise convencional do tipo proporção para a realização dos serviços contratados;

8.2.36. Utilizar dialisadores com membranas de materiais bio-compatíveis sintéticas para procedimentos e membranas sintéticas de alta permeabilidade para a realização dos procedimentos contínuos e prolongados;

8.2.37. Fornecer todos os insumos, descartáveis, materiais, medicamentos e correlatos necessários a atender todas as sessões de hemodiálise na embalagem original, em perfeito estado, dentro do prazo de validade sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas as condições de temperatura exigida em rótulo, e com número de registros emitido pela ANVISA;

8.2.38. Prestar assistência em pacientes agudos e crônicos agudizados internados nos Hospitais relacionados no **subitem 3.2** deste Contrato, que se encontram hemodinamicamente instáveis;

8.2.39. Entregar relatórios trimestrais ao CONTRATANTE com os resultados do controle microbiológico do tratamento de água utilizado;

8.2.40. Realizar toda e qualquer sessão de diálise após a devida autorização do Diretor da Unidade ou substituto por ele devidamente autorizado. A solicitação deverá ser realizada pelo médico plantonista da Unidade;

8.2.41. Disponibilizar profissional 24 horas para que a Unidade possa realizar o contato para solicitação do serviço de diálise;

8.2.42. Realizar avaliação clínica em todos os pacientes por médico Nefrologista da equipe da prestadora dos serviços;

8.2.43. Tratar a água utilizada no preparo do dialisato (banho de hemodiálise) com sistema de osmose reserva;

8.2.44. Responsabilizar-se-á por fornecer qualquer equipamento/máquina, insumo, material, produto, ou outro item necessário à perfeita e integral prestação dos serviços, ainda que em local diverso dos Hospitais relacionados no **subitem 3.2** deste Contrato;

8.2.45. Observar para fornecer todos os itens previstos no **ANEXO II do Termo de Referência - Relação de Equipamentos Médicos e Insumos**, inclusive os não elencados, mas necessários, se for o caso;

8.2.46. Garantir que todas as sessões sejam realizadas dentro das técnicas e procedimentos que visam obter os resultados desejados na maior e plena confiabilidade;

- 8.2.47.** Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.
- 8.2.48.** Em casos de atraso ou suspensão, por quaisquer que sejam os motivos, deverá informar, imediatamente, à Direção Geral da Unidade ou NIR;
- 8.2.49.** Manter todo pessoal prestador dos serviços contratados devidamente uniformizados, às suas expensas, e identificados por crachá;
- 8.2.50.** Fornecer todos os equipamentos, materiais, insumos e utensílios para testes e controle de processo, todos necessários para a plena execução dos serviços, sem ônus adicionais à CONTRATANTE;
- 8.2.51.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, pacientes ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo;
- 8.2.52.** Dimensionar e fornecer todas as necessidades viáveis para atender plenamente o objeto descrito no Termo de Referência, tais como: materiais, pessoal qualificado, ferramental, instrumentos de medição especiais, peças e acessórios, manutenções, calibrações e/ou aferições dos seus equipamentos, e demais que se fizerem necessários para realização dos procedimentos, inclusive para emissão de pareceres;
- 8.2.53.** Responder por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, civil, previdenciárias, fazendárias, trabalhistas e seguros, bem como por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços ora contratados, respondendo por sie por seus sucessores, sem onerar a CONTRATANTE;
- 8.2.54.** Manter-se atualizado e obedecer às normas, regulamentos, procedimentos e atualizações, para a prestação dos serviços em todos os termos;
- 8.2.55.** Assumir total responsabilidade pelos serviços e/ou produtos prestados e/ou entregues/instalados e que apresentarem não-conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens das Unidades de Saúde da CONTRATANTE, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas pela SESA/CONTRATANTE, e/ou reembolsando de imediato à SESA/CONTRATANTE o valor do prejuízo acarretado;
- 8.2.56.** Obter as licenças junto às repartições competentes necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas, quando couber;
- 8.2.57.** Não poderá, sob pretexto algum, passar a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados;
- 8.2.58.** No descritivo da nota fiscal deverá conter o número do contrato, o número do processo, incluindo os serviços realizados, os quantitativos, o número dos leitos de internação dos pacientes, bem como valor unitário e total;
- 8.2.59.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por parte da **Coordenação Geral de Atenção Especializada - CGAE/SESAU**, assim como por parte das Unidades Hospitalares onde serão prestados os serviços, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações destas, visando o fiel cumprimento do contrato;
- 8.2.60.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 8.2.61.** Deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional à SESA/RR;
- 8.2.62.** Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, e das legislações vigentes;
- 8.2.63.** Prestar os serviços nas unidades elencadas neste Contrato;
- 8.2.64.** Caso haja necessidade de prestação dos serviços futuramente contratados em outra Unidade de Saúde Estadual que não esteja contemplada neste Contrato, deverá a empresa executá-los, naquilo que for necessário ao pleno cumprimento da demanda, cobrando o valor estimado à sessão realizada, conforme valores contratados, sem onerar a CONTRATANTE em quaisquer cobranças alheias ao valor devido da sessão;

- 8.2.65.** Iniciar e concluir os serviços observando os prazos estipulados;
- 8.2.66.** Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 8.2.67.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 8.2.68.** Estar capacitada a instalar e assegurar a manutenção de máquinas de hemodiálise (rim artificial) e sistemas de osmose reversa, conforme os padrões do Ministério da Saúde, para atendimento em unidades hospitalares, inclusive em leitos de terapia intensiva ou emergência;
- 8.2.69.** As máquinas de hemodiálise deverão estar sempre aferidas e calibradas;
- 8.2.70.** Fornecer todos os materiais necessários para diálise, incluindo os descartáveis e de consumo, bem como os cateteres especiais para o procedimento, inclusive o cateter de duplo lúmen de primeira linha, para hemodiálise e equipo de circulação extracorpórea;
- 8.2.71.** Atender todas as solicitações, todos os dias da semana, inclusive feriados e finais de semana, conforme a necessidade avaliada pelos hospitais **no prazo máximo de 04 (quatro) horas a contar do momento de sua ciência, ou em caso de urgência até 02 (duas) horas**, após o contato do plantonista da Unidade;
- 8.2.72.** Emitir laudos e pareceres pertinentes ao objeto da contratação, inclusive na forma de consultoria, quando solicitado;
- 8.2.73.** Emitir parecer e realizar acompanhamento médico nefrológico aos procedimentos solicitados pelos hospitais, bem como a apresentação da proposta terapêutica dialítica, a qual deverá ser apresentada e definida juntamente com o médico responsável pelo paciente;
- 8.2.74.** Realizar o registro dos procedimentos e evoluções pertinentes junto ao prontuário do paciente;
- 8.2.75.** Os protocolos clínicos por indicação e procedimentos de hemodiálise deverão estar em consonância com os existentes validados pela Sociedade Brasileira de Nefrologia;
- 8.2.76.** Caso haja necessidade de adequações posteriores do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá realizar as adequações pertinentes seguindo como parâmetro o fluxo de cada Unidade;
- 8.2.77.** Adimplir todos os salários e encargos, diretos e indiretos, decorrentes da presente contratação, cabendo à CONTRATADA todo ônus de natureza trabalhista e previdenciária, sem criar qualquer vínculo empregatício com e para esta Secretaria;
- 8.2.78.** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;
- 8.2.79.** É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a manutenção e reposição de peças das máquinas utilizadas, bem como a rotina de aferição e calibragem das mesmas;
- 8.2.80.** Manter a qualidade e a especificação dos serviços fornecidos durante todo o período de vigência do contrato;
- 8.2.81.** Apresentar previamente ao início dos trabalhos à CCIH - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar dos hospitais, para aprovação, a relação de medidas de prevenção e controle de infecções relacionadas aos procedimentos hemodialíticos;
- 8.2.82.** Acatar as orientações da CCIH - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e às normas internas dos hospitais;
- 8.2.83.** Caso exista a necessidade da prestação dos serviços contratados em outra Unidade Hospitalar de Saúde pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, deverá o médico solicitante da Unidade de origem encaminhar todos os documentos para que seja avaliada a necessidade do serviço de hemodiálise e, após, verificando a possibilidade, deverá a CONTRATADA proceder com o atendimento na Unidade que solicitou a realização dos serviços, sem nenhum ônus adicional à administração pública, cobrando, apenas, a sessão da hemodiálise;

a) Da solicitação que trata o **subitem 8.2.83**, será de responsabilidade da CONTRATANTE a adequação estrutural, física, armazenagem adequada, elétrica e hidráulica, aptos a receber a integração da parte dos equipamentos, corpo técnico, insumos e materiais disponibilizados pela CONTRATADA, a fim de garantir a execução do serviço, no que couber;

8.2.84. É de responsabilidade da CONTRATADA manter equipe de trabalho, em regime ininterrupto, diurno e noturno, na quantidade que se fizer necessária ao bom desempenho das atividades referentes aos serviços contratados, mesmo em feriados e finais de semana, devendo ainda manter nos locais um funcionário supervisor;

8.2.85. Atender aos pedidos fundamentados da CONTRATANTE para substituir ou afastar quaisquer de seus empregados;

8.2.86. Fornecer ao CONTRATANTE, toda e qualquer informação solicitada, inerente aos serviços prestados, bem como apresentar todos os indicadores de avaliação dos serviços ofertados, conforme exigido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

8.2.87. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízo materiais ou pessoais que, pela execução deste objeto, venha causar aos hospitais receptores dos serviços prestados pela CONTRATADA;

8.2.88. É de responsabilidade da CONTRATADA, estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que tratar-se da manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados;

8.2.89. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE;

8.2.90. A CONTRATADA deverá realizar, ainda:

8.2.90.1. Análises mensais:

- a)** Contagem de coliformes totais;
- b)** Quantificação de bactérias heterotróficas;
- c)** Determinação de endotoxinas bacterianas;

8.2.90.2. Análises semestrais:

a) Análise de outros componentes definidos pela RDC nº 11/2014, incluindo metais pesados, compostos químicos e substâncias relevantes para o tratamento da água utilizada em hemodiálise;

8.2.91. A coleta das amostras deverá ser realizada tanto no ponto de entrada (pré-osmose reversa) quanto no ponto de saída (pós-osmose reversa) do sistema de tratamento de água;

8.2.92. A CONTRATADA deverá garantir a utilização de métodos técnicos validados para todas as análises solicitadas;

8.2.93. Deverá emitir laudos mensais e semestrais com os resultados das análises, devidamente assinados por profissional habilitado;

8.2.94. A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a instituição sobre qualquer resultado que não esteja conforme os padrões estabelecidos, como também a solução adequada;

8.2.95. A prestação dos serviços deverá ser realizada por equipe qualificada, utilizando equipamentos calibrados, em conformidade com a legislação vigente;

8.2.96. A CONTRATADA deverá garantir que os procedimentos sejam realizados por sua equipe própria, sob a supervisão de um médico nefrologista;

8.2.97. As máquinas de hemodiálise deverão ser aferidas e calibradas regularmente;

8.2.98. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais necessários para a hemodiálise, incluindo os descartáveis e de consumo, além de cateteres especiais, como o cateter de duplo lúmen de primeira linha, e

equipo para circulação extracorpórea;

8.2.99. A CONTRATADA deverá emitir laudos e pareceres técnicos relacionados ao objeto da contratação, incluindo consultoria, sempre que solicitado;

8.2.100. A CONTRATADA deverá emitir pareceres e realizar acompanhamento médico nefrológico para os procedimentos solicitados pelos hospitais, apresentando uma proposta terapêutica dialítica, que deverá ser definida em conjunto com o médico responsável pelo paciente;

8.2.101. A CONTRATADA deverá realizar o registro dos procedimentos e das evoluções pertinentes no prontuário do paciente;

8.2.102. Os protocolos clínicos e procedimentos de hemodiálise deverão estar em conformidade com os padrões estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Nefrologia;

8.2.103. A CONTRATADA é obrigada a prestar atendimento imediato, a qualquer tempo, quando configurada urgência ou emergência, independente de qual (e onde) seja a Unidade de Saúde demandante;

8.2.104. A CONTRATADA será responsável pela manutenção e reposição de peças das máquinas utilizadas, bem como pela rotina de aferição e calibração dessas máquinas;

8.2.105. A CONTRATADA deverá manter a qualidade e as especificações dos serviços fornecidos durante toda a vigência do contrato;

8.2.106. A CONTRATADA deverá acatar as orientações e as normas internas dos hospitais;

8.2.107. A CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, fiscal, civil, trabalhistas, previdenciária ou securitária, decorrentes da prestação dos serviços contratados, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias à CONTRATADA para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da aquisição objeto do presente no Contrato;

9.2. Receber o objeto deste Contrato através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com inciso I, do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril 2021;

9.3. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.4. Não permitir o recebimento do objeto deste em desacordo com o preestabelecido;

9.5. Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(ais) /Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega do objeto e/ou serviço e ATESTO do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na Nota Fiscal;

9.6. Providenciar, junto à CONTRATADA substituição no prazo máximo de **15 (quinze)** dias todo e qualquer material e/ou serviço, que vier a apresentar avaria/defeito ou ainda em desacordo com o descrito neste Contrato no ato da entrega;

9.7. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato;

9.8. Analisar a solicitação da CONTRATADA, no que se refere à prorrogação de prazo de entrega do objeto e/ ou serviço deste Contrato, bem como a troca de marca dos produtos licitados, em caso de deferimento.

9.9. Providenciar junto a Gerência Especial de Cotação – GERCOTPRE/NP/SESAU/RR, nova cotação de preços dos serviços a fim de verificar preço e qualidade ou quando necessário e conveniente para a Administração;

9.10. Por fim, providenciar para que o Contrato seja cumprido fielmente por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por **no mínimo 01 (um) servidor**, doravante denominado FISCAL, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

10.2. O Fiscal de Contrato deve ser, preferencialmente, nomeado dentre servidores efetivos, que não sejam diretamente subordinados à unidade ou a outros setores responsáveis pela elaboração ou gerência do contrato a ser fiscalizado, na respectiva Secretaria ou Órgão de Gestão;

10.3. Na hipótese da impossibilidade de atendimento do dispositivo acima, a nomeação do servidor deve ser precedida da devida justificativa;

10.4. O Fiscal de Contrato deve ter, preferencialmente, fundado conhecimento técnico atinente ao serviço executado ou produto adquirido, especialmente nos casos que versarem sobre serviços e/ou produtos de natureza não comuns;

10.5. É dever do Fiscal do Contrato proceder, previamente ao atestado de cada fatura, a análise de documentos atinentes à regularidade de registros e conformidades quanto às responsabilidades tributárias, previdenciárias, trabalhistas, assim como, quaisquer outros documentos exigidos da CONTRATADA no instrumento contratual;

10.6. Uma vez finalizada a execução do contrato e tendo sido devidamente atestado a regular entrega dos produtos adquiridos, o Fiscal do Contrato deverá emitir, neste caso, o **ATESTADO DEFINITIVO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, ANEXO VI** do Termo de Referência, sendo considerado, nesse ato, concluídas as atividades do fiscal frente ao respectivo contrato;

10.7. O Fiscal do Contrato que atestar a fatura, nota fiscal, ou documento com igual finalidade, declara neste ato que o serviço ou material a que se refere foi satisfatoriamente prestado ou integralmente fornecido, nos exatos termos e exigências fixadas no termo contratual;

10.8. O ateste equivocado quanto à qualidade e condições de entrega do produto ou prestação do serviço, bem como a emissão do Atestado de Recebimento de Material Definitivo ou o Atestado de Realização dos Serviços Definitivos, acima mencionados, constitui ato passivo de responsabilização do servidor, nos termos da legislação em vigor;

10.9. A nomeação de servidor público para a execução das atividades de Fiscal de Contrato, nos termos do art. 109, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 053/2001, constitui obrigação inerente à atividade do servidor público, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais ao cargo, bem como, o cumprimento de ordens superiores, não cabendo alegação de recusa à designação, exceto quando se tratar de ato manifestamente ilegal;

10.10. Os **ANEXOS** citados neste item de FISCALIZAÇÃO são aqueles constantes na Legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Os Contratados/Licitantes sujeitam-se às regras e condições estabelecidas no Termo de Referência, neste Contrato e no Edital. Em caso de responsabilização administrativa seguirão os termos dos **Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21** sem prejuízo de demais providências administrativas cabíveis, configurando-se como **infrações** as seguintes condutas:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicáveis nas hipóteses de infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/21, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de atraso injustificado na execução do contrato;

a.1. Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **item 11.1. I** deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

b.1. Multa, calculada na forma do edital ou do Contrato, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato licitado e será aplicada aos responsáveis **por qualquer das infrações administrativas** previstas no **item 11.1 incisos de "I" a "XII"**, sendo possível a cumulação;

c) Impedimento de Licitar e contratar;

c.1. Impedimento de Licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **item 11.1 incisos "II, III, IV, V, VI, VII"** deste Instrumento quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o(s) responsável(is) de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração Inidoneidade para licitar ou contratar, que será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas em Lei, da aplicação será de competência exclusiva da Autoridade Máxima do órgão/entidade;

d.1. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **item 11.1. incisos "VIII, IX, X, XI e XII"** deste Instrumento;

d.2. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável também pelas infrações administrativas previstas nos **itens 11.1 incisos "II, III, IV, V, VI e VII"** desde que **justifiquem a imposição de penalidade mais grave** que a sanção de Impedimento estipulada do **item 11.2, alíneas c) e c.1.**

d.3. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

11.3. Se a sanção de multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.4. Na aplicação das sanções serão observados os princípios norteadores da Administração Pública na dosimetria da sanção, bem como a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela decorrerem para a Administração Pública.

11.5. As sanções aplicáveis não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência da contratação será de **24 meses** contados da assinatura deste contrato, nos termos do **art. 106, caput, da lei n 14.133/2021**, prorrogável por até 10 anos, conforme **art. 107, caput** da mesma lei;

12.2. A prorrogação prevista neste item estará condicionada ao ateste, pela Autoridade Competente, de que as condições contratuais e os preços continuam vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado para ajuste de valores, se necessário;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos confere à Administração as prerrogativas de modificar, extinguir ou fiscalizar a execução, no qual as alterações observarão os casos previstos no **Art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, desde que haja interesse público e as devidas justificativas nas:

I) Alterações Unilaterais pela Administração, nos moldes do Art. 124, inciso I e alíneas "a" e "b";

II) Alterações por Acordo Entre as Partes, nos moldes do Art. 124, inciso II e alíneas "a", "b", "c", "d";

13.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o **Item 13.1 inciso I**, a CONTRATADA será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

13.3. As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

13.4. Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Constituirão motivos para extinção do Contrato as Inexecuções Totais ou Parciais das obrigações, descumprimentos de normas editalícias, prazos, atrasos, razões de interesse público, desde que formalmente motivadas nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em observância ao disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

14.2. A extinção do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, ou por decisão judicial.

14.3. A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente.

14.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

14.5. A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CRITÉRIO DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

16.1. PAGAMENTO:

16.1.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente preferencialmente do BANCO DO BRASIL S/A indicada pela CONTRATADA, até 30 (trinta) dias após o protocolo de entrada da Nota Fiscal devidamente atestada junto à CONTRATANTE;

16.1.2. No dever de pagamento pela Administração relativo a fornecimento de bens ou execução de serviços, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada, salvo quando das preferências do **art. 141, da Lei nº 14.133/2021**;

16.1.3. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da **Nota Fiscal**, o número e nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento via ordem bancária, bem como o número do Processo, do Pregão Eletrônico, Contrato e/ou Empenho e Descrição detalhada dos bens ou serviços faturados;

16.1.4. Será também observado para o pagamento, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.335, de 03 de agosto de 2001, alterado pelo Decreto nº 6.618-E, de 08 de setembro de 2005, bem como demais legislações pertinentes;

16.1.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação.

16.1.6. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Governo do Estado de Roraima em favor do FORNECEDOR. Sendo o valor superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;

16.1.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

16.1.8. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

16.1.9. A NOTA FISCAL DEVERÁ SER EMITIDA NO CNPJ DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Nº 84.013.408/0001-98.

16.2. FATURAMENTO:

16.2.1. O faturamento ficará a cargo da CONTRATADA;

16.2.2. A cobrança do processo das sessões de hemodiálise deverá ser feita por paciente, incluindo o Nome do Paciente, a(s) Data(s) das sessões, o Número do Leito em que o Paciente está internado, a Quantidade total de cada tipo de procedimento realizado acompanhado dos referidos valores unitário e mensal, estando incluso a inserção e colocação do(s) cateter(es);

16.2.3. Não será permitida a cobrança de 2 (duas) ou mais sessões de hemodiálise para o mesmo paciente, em um mesmo dia, salvo quando justificada e autorizada pela direção da unidade e/ou fiscal do contrato;

16.2.4. Caberá à CONTRATADA controlar, através de planilha ou ficha criada pela Unidade, a prestação dos serviços bem como o preenchimento da documentação para o faturamento, conforme solicitado;

16.2.5. Caberá à CONTRATADA determinar a quantidade de pessoal necessário ao desenvolvimento das atividades inerentes às sessões de hemodiálise, de modo a garantir um excelente padrão de qualidade do serviço;

16.2.6. No ato da assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá fornecer a relação dos profissionais que estarão à disposição dos hospitais para a prestação de serviços, sendo que no mínimo um deles deverá ser médico nefrologista;

16.2.7. Caberá à CONTRATADA enviar mensalmente, junto às Notas Fiscais, detalhamento com gasto de pessoal (Despesa com pessoal referente à atividade-fim de saúde pública), a fim de atender Portaria STN

nº 377/2020, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e às orientações técnicas do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (14ª Edição);

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VALOR ESTIMATIVO

17.1. O valor estimado referente ao **LOTE único é de R\$ 19.488.342,00 (dezenove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais)**

17.2. De acordo com os critérios adotados pela Gerência Especial de Cotação GERCOTPRE/NPSESAU/RR (EP.19031864), cujos valores neles contidos são de inteira responsabilidade de seus elaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da eventual aquisição deste Contrato, correrão à conta dos recursos da Secretaria de Estado da Saúde, conforme abaixo:

a) Programa de Trabalho: 10.302.078.2174/01 / 10.302.078.2434

b) Elemento de Despesa: 3390.39

c) Fonte: 1500.1002; 1600.0000 e 2600.0000

d) Tipo de Empenho: Estimativo

18.2. E no exercício seguinte à conta do orçamento vigente naquele exercício, previsto para esta modalidade de despesa, se for o caso.

Parágrafo Único. Para cobertura das despesas relativas ao corrente exercício foi emitida **nota de empenho nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de XX.XX.XXXX, no valor de R\$XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, a conta da dotação especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTE

19.1. A Nova Lei de Licitações estabelece no Art. 25, §7º, que independentemente do prazo de duração do Contrato, será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

19.2. Poderá ser admitido o primeiro reajuste de Contrato com o interregno mínimo de 1 (um) ano tendo como base o **Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial Acumulado (IPCA-E)** com data-base vinculada à data do orçamento estimado no período contados da data limite para apresentação do orçamento estimado, consoante o Art. 182, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1(um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

19.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela Legislação então em vigor;

19.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente;

19.6. Toda e qualquer solicitação de reajuste deverá ser submetida à análise e aprovação do órgão competente da Administração Pública.

19.7. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - E Índice Nacional de Preços ao Consumidor Especial Acumulado, com base na seguinte fórmula:

$R = V \times I$, onde: R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I = Índice acumulado do período.

19.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1.

O preço definido no valor do contrato permanecerá fixo e irremovível, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que deverá ser comprovado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE;

20.2. O reequilíbrio de que trata este item será deliberado pela administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos custos, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento, e nunca de forma retroativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Para a presente contratação, **não será exigido garantia contratual**, ficando o(s) contratado(s) sujeito(s) às penalidades e sanções previstas no contrato em caso de descumprimento das cláusulas durante a execução contratual;

21.2. A dispensa da garantia contratual não exime a licitante e/ou contratada do cumprimento das penalidades previstas no edital e contrato; esta decisão justifica-se pela ampliação da competitividade, possibilitando maior participação de fornecedores e oferta de menor preço, sem comprometer a fiscalização e o cumprimento do contrato, que poderão ser garantidos por outros meios legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do objeto, constante deste Contrato serão resolvidos entre as partes contratantes por procedimento administrativo e também utilizando-se meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. A publicação do presente Contrato será efetuada, pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 94, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da comarca de Boa Vista - Roraima para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato.

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento para que surta todos os efeitos em Direito previstos.

Boa Vista/RR, *data constante no sistema.*

(assinado digitalmente)

XXXXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
CONTRATANTE

(assinado digitalmente)

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Tsuyoshi Doi Junior, Diretor do Departamento de Apoio às Licitações e Contratos**, em 20/02/2026, às 09:24, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **21221920** e o código CRC **1E07044D**.